

Relatório Anual – Anexo à Prestação de Contas
PAEL – Programa de Apoio à Economia Local
Processo de Acompanhamento e Monitorização

O presente relatório visa dar cumprimento ao estabelecido no n.º 2 do art. 12º da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto, o qual refere que “todos os municípios aderentes estão obrigados a incluir no relatório da conta de gerência um anexo relativo à execução do PAEL”.

O PAEL, tinha por objetivo a regularização do pagamento de dívidas dos municípios, na altura, registadas há mais de 90 dias da DGAL, à data de 31 de março de 2012.

Era, e foi para o Município de Ílhavo, o instrumento perfeito, para a partir daí tornar os prazos de pagamento a fornecedores, razoáveis e nunca superiores a 90 dias da data de vencimento, de acordo com a Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho.

E, de facto, o relatório infra e os respetivos quadros demonstram uma alteração substancial da posição económico-financeira e até orçamental do Município de Ílhavo.

Um dos pressupostos da concretização dos objetivos do PAEL / LCPA era a tomada de um conjunto de decisões a nível do condicionamento da despesa que articulada com medidas de maior taxaço de alguns impostos e aumento de outras receitas permitisse algum equilíbrio das contas dos Municípios.

Não foi o caso do Município de Ílhavo, porque desnecessário ou extemporâneo, e até porque o Programa II do PAEL era nesse aspeto menos exigente.

De facto, e conforme foi referido aquando da candidatura do Município de Ílhavo ao PAEL, muitas das medidas para a redução da despesa e que correspondiam a uma exigência dessa mesma candidatura, tinham já sido tomadas por esta Câmara Municipal, estando todas elas, consequentemente, implementadas.

Por isso, mais do que retratar a implementação ou não de medidas importa dar conta dos resultados já obtidos por comparação entre os valores anuais de 2011 e 2014.

Proveitos Totais:

Esta rubrica, de proveitos totais, integra todos os proveitos do Município, sejam eles operacionais, financeiros e extraordinários, que tem mantido um comportamento gradual com exceção do ano de 2012 e sabendo-se que o valor de 2013 integra cerca de 1,0M€ relativos à avaliação geral de IMI e que integra ainda 0,5M€ de subsídios para investimentos, contabilizado pela primeira vez por força da conclusão da atualização do património municipal. Nos proveitos destaca-se a rubrica de impostos e taxas verificando-se um aumento, de 2013 para 2014, no montante de 1.753.353,86€.

	2011	2012	2013	2014
Proveitos Totais	20.070.536,88 €	18.165.590,97 €	20.292.667,96 €	21.696.878,90 €
Impostos e Taxas	7.471.126,90 €	7.163.492,31 €	8.785.060,86 €	10.538.414,72 €
Imp. Municipal s/ Imóveis	4.437.721,17 €	4.694.886,92 €	5.792.106,84 €	7.254.756,14 €

Custos Totais:

Foi neste grupo, custos totais, aquele que integra todos os custos do Município, sejam eles operacionais, financeiros e extraordinários, que se notou a eficácia da tomada das múltiplas decisões de gestão que foram e continuam ainda hoje a ser tomadas.

O seu valor decresceu significativamente, cerca de 15% se compararmos 2014 com 2011, que se traduz em 2.243.605,30€. O aumento verificado entre 2013 e 2014 explica-se em parte pelo retomar do apoio da Câmara Municipal às Juntas de Freguesia (em 2014) de duzentos mil euros bem como ao tecido associativo, só possível pela melhoria das condições económico-financeiras do Município.

	2011	2012	2013*	2014*
Custos totais	16.311.243,02 €	14.691.032,75 €	13.776.091,11 €	14.067.637,72 €

* Expurgado o valor das amortizações do exercício

Das várias rubricas que contribuíram para este sucesso e que foram referenciadas no plano de redução de despesas que integrava o processo de candidatura, podemos destacar:

Custos com o Pessoal:

	2011	2012	2013	2014
Custos totais	6.511.762,19 €	5.151.002,51 €	4.613.032,56 €	4.463.811,67 €

Nota-se um contínuo decréscimo nos últimos quatro anos, nos custos com o pessoal, cifrando-se em 2.047.950,52€ a variação entre 2011 e 2014, embora cerca de 1,4M€ respeite a custos com pessoal não docente das Escolas, cuja competência foi entretanto devolvida ao Ministério da Educação.

A restante diminuição justifica-se com a redução com o número de trabalhadores, em regra, aposentados, sem a correspondente substituição.

Custos Financeiros:

	2011	2012	2013	2014
Custos totais	1.007.636,93 €	1.028.677,89 €	384.588,15 €	372.387,79 €

Resultado do cumprimento dos prazos estabelecidos pelos fornecedores para liquidação dos seus documentos e consequentemente a diminuição de débito de juros de mora, nota-se uma descida bastante significativa de 2014 comparativamente com o ano de 2011, neste caso 63,04%.

Tal foi possível com o recurso ao PAEL, com uma taxa de juros bem inferior ao que seria suportado caso continuássemos a dever a fornecedores.

Rendas e Alugueres:

	2011	2012	2013	2014
Final do ano	178.533,02 €	166.008,29 €	134.180,90 €	117.378,34 €

A percentagem de redução cifra-se em cerca de 35%, sendo bastante significativa estabelecendo o paralelismo entre os anos 2011 e 2014.

Despesas de comunicações:

	2011	2012	2013	2014
Final do ano	127.611,22 €	107.512,96 €	112.475,58€	87.458,09 €

O quadro supra demonstra uma redução de mais de 30% em 2014 comparativamente com o exercício de 2011, nas despesas de comunicação a que não é estranho um procedimento

concursal de consulta ao mercado bem como a aprovação de um regulamento de utilização dos telemóveis.

Despesas de vigilância e segurança:

	2011	2012	2013	2014
Final do ano	149.831,63 €	117.954,58 €	105.017,44 €	97.085,44 €

Igualmente fruto da adjudicação a novos prestadores de serviços em resultado da abertura de procedimento concursal foi possível proceder à redução aproximada de 35% nos custos entre 2011 e 2014, conforme quadro acima.

Horas extraordinárias:

	2011	2012	2013	2014
Final do ano	60.105,22 €	38.534,27 €	27.574,27 €	26.653,46 €

Nesta área foram tomadas nos últimos anos medidas que fizeram diminuir de forma acentuada estas despesas que ainda em 2011 se cifravam em 60.105,22€.

Uma melhor reafetação de pessoal, a contratualização da gestão de água e saneamento com a empresa AdRA, Águas da Região de Aveiro, S.A., em 2010, conjuntamente com mais 10 municípios, o qual permitiu a libertação de alguns trabalhadores que não foram cedidos a essa empresa e consequente aproveitamento dos mesmos, a dedicação cada vez maior dos trabalhadores à causa pública, a alteração do horário de funcionamento de alguns equipamentos municipais, designadamente culturais, a aplicação das 40 horas, e o próprio custo do vencimento dos trabalhadores e a menor percentagem no custo de hora extra, são alguns dos motivos que explicam esta baixa acentuada no valor das horas extraordinárias.

Mesmo a nível de investimento reduziu-se de forma significativa o seu valor.

O quadro seguinte, demonstra essa afirmação.

Investimento:

	2012	2013	2014
Final do ano	7.051.712,66 €	2.869.974,32 €	5.984.095,45 €

No final de 2014, o valor do investimento (faturas contabilizadas) realizado duplicou face ao registado em 2013, fruto das inúmeras obras que decorrem no concelho, entre as quais

destacamos a empreitada de requalificação e ampliação do Museu da Vista Alegre, a reabilitação do Teatro da Vista Alegre, ambas comparticipadas com fundos comunitários, a rede de drenagem de águas residuais e pluviais, entre outras.

Redução de pessoal:

Redução/Anos	2012	2013	2014
Número de trabalhadores CMI*	281	257	244
Redução entre 2012 e 2014	13,17%		
Redução entre 2013 e 2014	5,06%		

Fonte: Balanço Social. O número de trabalhadores indicados não integra o pessoal de ação educativa a prestar serviço nos Agrupamentos Escolares (13), a 31/12/2014.

Da análise do quadro supra, podemos concluir que a Câmara Municipal, tem vindo a reduzir de forma significativa o seu “quadro” de pessoal, por força da aposentação/falecimento dos seus trabalhador(a)s, verificando-se uma diminuição em cerca de 13% do que existia em 2012 e de 5,06% entre 2013 e 2014.

Outros indicadores:

No quadro seguinte podemos constatar os principais indicadores a que as Autarquias estão sujeitas, e cuja evolução resultam em grande medida da adesão ao PAEL, sem prejuízo da otimização de receitas e condicionamento de despesas.

Indicadores/Data	31/12/2013	30/09/2014 (últimos dados publicados)
Prazo médio de pagamentos (pmp)	9 dias	41 dias
Limite de dívida Total	n/a	0,75

Como se pode verificar pela análise do quadro, e pelo disposto na Lei n.º 8/2012 (LCPA), a Câmara não apresenta quaisquer pagamentos em atraso, considerando-se como tais aqueles que permaneçam nessa situação após 90 dias da data de vencimento.

Mais se acrescenta que a adesão ao Programa II do PAEL exigiu a aprovação e aplicação dos seguintes Regulamentos:

- Regulamento de Recursos Humanos;
- Regulamento de Utilização e Cedência de Viaturas e Máquinas Municipais;
- Regulamento de Processos de Execuções Fiscais e Procedimentos de Execução de Coimas.

O qual se concretizou com a sua aprovação na reunião de Câmara Municipal de 06 de fevereiro e na reunião da Assembleia Municipal de 22 de fevereiro, ambas de 2013 e publicados por edital de 28/02/2013.

Os citados regulamentos estão insertos em <http://www.cm-ilhavo.pt/pages/66Ílhavo>

Ílhavo, aos 08 de abril de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal

/ Fernando Fidalgo Caçoilo /